

oficiais não apresentam ferramentas para garantir essa participação e muito menos dar permeabilidade às vozes indignadas que clamam por mudanças nas praças mundo afora.

Dar conta da multiplicidade de atores sociais é complicado – mas possível –, observa Adriana Ramos, secretária-executiva adjunta do Instituto Socioambiental (ISA). Um meio é estabelecer interlocução com fóruns e redes da sociedade e receber submissões de documentos nos mesmos termos que os recebe dos países. Outro é estimular a construção de posições nacionais que não

sejam “posições de governo”, mas discutidas e negociadas com a sociedade civil.

Fabio Feldmann também segue essa linha, sublinhando que os ritos de negociação diplomática são ineficazes no mundo atual. A Conferência poderia ser mais flexível e promover um pacto mínimo a partir de uma aliança política entre Estados, setor empresarial, sociedade e academia. E reforça: “Não dá para abrir mão das Nações Unidas, ela é indispensável. Mas não se pode também imaginar que seja a única instância capaz de promover mudanças”.

ODS

Novas e desafiadoras metas

É cada vez mais provável que a Rio+20 seja o palco da definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

POR FÁBIO RODRIGUES

Ao que tudo indica, a Rio+20 colocará uma nova sigla em circulação: ODS. Acrônimo para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o intuito é dar continuidade aos **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**, cujas metas deveriam ser atingidas até 2015. Só que, desta vez, o centro das discussões seria amplificado para a incluir ações em todo o espectro de sustentabilidade, abarcando também a agenda dos países ricos. (ver quadro à pág. 40)

Embora não haja garantias, as chances de que a proposta vingará parecem boas. O sexto *briefing* de temas para a Rio+20 produzido pelo secretariado da Conferência identificava que a ideia vinha ganhando simpatizantes [1]. Além disso, a proposta também cresceu no esboço da declaração final da Conferência: enquanto no *Rascunho Zero* [2] havia quatro menções aos ODS, no *Rascunho Um*, compilado em março, o tema praticamente teve um capítulo inteiro para si [3].

O Instituto Ethos acredita tanto nos ODS que boa parte de sua participação na Rio+20 foi construída sobre eles. “Acreditamos que os ODS têm muita chance de ser um dos resultados práticos mais importantes da Conferência”, afirma o vice-presidente instituto, Paulo Itacarambi. A Conferência Ethos 2012, marcada para 11 a 13 de junho, teve como um dos objetivos produzir um documento que contribua com a elaboração dos ODS.

Os ODS serão sucessores naturais de uma iniciativa que se tem saído razoavelmente bem. Para a coordenadora da Unidade de Planejamento Estratégico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Maria Celina Berardinelli, os Objetivos do Milênio têm ajudado significativamente a aumentar a consciência mundial sobre a pobreza e a chamar a atenção dos formuladores de políticas públicas. “Essas conquistas, por si só, já se configuram em um grande sucesso”, avalia.

■ Lançados pela ONU no ano 2000, os ODM são um conjunto de oito objetivos nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento social

[1] O documento (em inglês) pode ser lido na íntegra em goo.gl/AO3wx [2] O *Rascunho Zero* pode ser baixado em goo.gl/9a6u2 [3] O Vitae Civilis preparou uma versão editada do *Rascunho Um* que simplifica a leitura: goo.gl/nVmlm

■ O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade (Nós Podemos) surgiu de uma campanha lançada em 2004 pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que tinha o objetivo de mobilizar sociedade civil e governos para as Metas do Milênio

Ela acrescenta que, apesar das turbulências, as metas de redução da pobreza, acesso ao ensino básico, redução da mortalidade infantil, combate ao HIV e acesso à água potável fizeram avanços significativos e estariam ao alcance de serem cumpridas.

No Brasil, os avanços nas Metas do Milênio têm sido oficialmente acompanhados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que aponta para resultados animadores. Segundo o diretor de Estudos e Políticas Sociais do instituto, Jorge Abrahão de Castro, o Brasil deve cumprir integralmente ou superar sete das oito metas – a única onde ainda estamos patinando é na redução da mortalidade materna.

Mesmo que os ODS venham a se consagrar como os substitutos dos ODM, já está marcado para 2013 um evento especial que vai debater a situação global da Metas do Milênio e decidir oficialmente o que virá depois de 2015. Mas Maria Celina, do Pnud, concorda que a elaboração dos ODS ajudaria a pensar o mundo pós-2015. A coordenadora do **Movimento Nós Podemos** no Paraná, Maria Aparecida Udenal, avalia que a hora seria oportuna. “Tem que sair algo palpável, porque a sociedade precisa de novos desafios”, diz.

Para Itacarambi, do Ethos, além de impulsionarem ações de sustentabilidade, os ODS poderiam cumprir um segundo papel, com fio condutor para a criação de

Um esboço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O desenho dos ODS ainda não foi concluído, mas, em linhas gerais, devem contemplar metas e indicadores para medir a evolução quanto a:

- Proteção aos oceanos
- Segurança alimentar e agricultura sustentável
- Energia sustentável para todos
- Acesso à água e seu uso eficiente
- Cidades sustentáveis
- Empregos verdes, trabalho decente e inclusão social
- Resiliência e redução nos riscos de desastres ambientais

um novo sistema de contabilidade que supere as – bem conhecidas – limitações do PIB. “Tem uma discussão longa sobre a necessidade de uma nova contabilidade nacional. Esta seria uma forma de aprofundá-la”, completa.

FERRAMENTAS ECONÔMICAS

Em busca de escala

Mecanismos para bancar a transição rumo à economia verde até existem. O difícil tem sido sair da escala-piloto

POR FÁBIO RODRIGUES

“Falta quem pague! Qualquer mecanismo de pagamento implica alguém pagar e as pessoas não estão dispostas”, exaspera-se Carlos Eduardo Frickmann Young, ao explicar a contradição que tem impedido os esquemas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) de decolarem. A análise do professor do Instituto de Economia da UFRJ vem carregada

de ceticismo. Para ele, enquanto não houver vontade política para que o PSA seja obrigatório, dificilmente chegaremos a algum lugar. “Enquanto for voluntário, isso será o máximo que vamos conseguir”, afirma.

O xis da questão é ganhar escala. Segundo o gerente de fundos de água da The Nature Conservancy (TNC), Fernando Veiga, há um bom grau de sofisticação nos

debates. “Há alguns anos, quando fazia uma apresentação, tinha de explicar o que são serviços ambientais. Hoje, posso pular essa parte”, comemora. O que tem sido realmente complicado é sair da escala-piloto. “Estamos correndo contra o tempo. Hoje, trabalhamos com centenas de hectares, precisamos chegar aos milhares e, depois, aos milhões”, prossegue.

Para Young, não tem sido fácil, especialmente por conta da turbulência econômica. “Havia muito otimismo com a criação de um mercado mundial de carbono, por meio do qual os serviços ambientais poderiam se expandir. Mas aí veio a crise e houve uma estagnação”, diz.

É emblemático o impasse no qual as negociações do mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (**Redd**) caíram. Segundo o pesquisador sênior do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), Mariano Cenamo, o nó é que os países ricos hesitam em assumir metas mais ousadas de cortes em suas emissões. “Sem metas, você não cria demanda e não tem como vender créditos”, resume.

Isso não significa que tudo esteja parado. O pesquisador diz que alguns países têm definido metas nacionais – o Japão, a Austrália e o próprio Brasil estão entre esses pioneiros. Mas, sem adesão em massa, os resultados são tímidos. “A regulamentação internacional poderia transformar os créditos de carbono em commodity”, assinala.

Um levantamento recém-finalizado, conduzido pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVces) e pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), procurou mapear o marco regulatório sobre PSA no Brasil. Nada menos que 25 iniciativas foram reveladas na forma de leis ou decretos estaduais e federais. O problema é que elas ainda estão predominantemente sob as asas do poder público. “O que predomina são os fundos estaduais. Iniciativas de mercado são exceção”, comenta o pesquisador do GVces Guarany Osório.

No estado de São Paulo, por exemplo, 0,5% do ICMS é repartido entre cidades que tenham unidades de conservação (UCs) – programa ICMS Ecológico. Embora a medida não seja oficialmente um projeto de PSA, a assessora técnica da Secretaria Estadual do Meio Ambiente Denize Cavalcanti informa que os repasses são significativos o suficiente para que alguns municípios tentem emplacar a criação de UCs.

A TNC trabalha desde 2005 na elaboração de programas de PSA. Segundo Fernando Veiga, há diversas iniciativas que estão “caminhando relativamente bem”, mas a falta de definição em patamar nacional tem-se tornado uma barreira. “Ainda não existe definição de quais impostos incidem sobre a renda dos produtores de serviços ambientais. Isso depende de uma lei federal”, reclama, acrescentando que esse é o tipo de detalhe fundamental para que os programas deslanchem. Para

■ O Redd foi concebido na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. A ideia é que os países desenvolvidos poderiam cumprir parte de suas metas de redução nas emissões de carbono, comprando créditos gerados por projetos de conservação florestal em países em desenvolvimento. A previsão da ONU era de que esse mercado teria potencial para movimentar US\$ 30 bilhões ao ano

■ O PSA baseia-se no reconhecimento de que os ecossistemas produzem uma série de “serviços” economicamente valiosos – como proteger solos contra a erosão ou regular os regimes de chuva – e busca estabelecer meios para que os usuários desses serviços remunerem seus produtores. A ideia é que o desmatamento e a degradação de rios e lagos diminuam à medida que a conservação torna-se financeiramente rentável

Veiga, pode até ser que haja uma demanda reprimida.

Segundo ele, muitas empresas estão conscientes de que faria sentido investir em serviços ambientais. Operadoras do sistema de fornecimento de água, por exemplo, podem reduzir seus custos de tratamento melhorando a qualidade da água captada. “Algumas empresas têm uma avaliação extremamente sofisticada a respeito dos recursos hídricos e percebem os riscos ambientais relacionados. Para elas, seria mais fácil investir em conservação do que precisar fechar uma unidade por falta de água”, avalia.

FERRAMENTA EFETIVA

Os esquemas de PSA não esgotam os instrumentos capazes de acelerar a economia verde. O coordenador de políticas públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), André Lima, lembra que subsídios tributários (como a renúncia fiscal) estão entre as ferramentas

mais efetivas dos governos. “Diferentemente do crédito, que é reembolsável, ao dar uma isenção tributária o governo abre mão de um recurso para incentivar determinadas atividades”, explica.

É por isso que o Ipam está iniciando um trabalho com o intuito de usar a Lei de Acesso à Informação – aprovada em novembro – para forçar a Receita Federal a fornecer dados detalhados sobre o destino dos incentivos. “O que você tem hoje são informações muito genéricas. Sabemos que, nos últimos cinco anos, o setor agrícola recebeu R\$ 40 bilhões e o industrial, R\$ 100 bilhões. A ideia é descobrir se isso seguiu algum critério ambiental”, informa.

Young, da UFRJ, vê as iniciativas existentes como esforços isolados incapazes de provocar o movimento necessário. “Não existe uma centralização nos esforços e não vejo uma agenda objetiva na Rio+20”, critica. Para Cenamo, do Idesam, estamos deixando passar uma oportunidade para inverter a lógica econômica vigente. “Você tem uma demanda mundial crescente por produtos oriundos do desmatamento, como a carne e a soja. Precisamos catalisar uma economia florestal”, arremata.

INDICADORES

A primazia do PIB em xeque

Cresce a busca por métricas que contemplem fatores de desenvolvimento que vão muito além do econômico. O desafio é ganharem legitimidade

POR MARTHA SAN JUAN FRANÇA

É praticamente consenso entre os Estados-membros das Nações Unidas que participam da Rio+20 a necessidade de buscar novas medidas de bem-estar e desenvolvimento sustentável, dada a limitação do Produto Interno Bruto para atender a esses fins. O PIB, aliás, nunca teve tal atribuição, servindo

apenas como medidor do crescimento econômico de uma determinada região.

O assunto foi colocado nos rascunhos do documento oficial e levantado pelo coordenador-executivo da Rio+20, o embaixador francês Brice Lalonde (*mais em Entrevista à pág. 14*). Para Lalonde, a Conferência